



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Adalclever Lopes  
1º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio  
2º-Vice-Presidente: Deputado Lafayette de Andrada  
3º-Vice-Presidente: Deputado Braulio Braz  
1º-Secretário: Deputado Ulysses Gomes  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Doutor Wilson Batista

## SUMÁRIO

### 1 – ATAS

1.1 – Reuniões de Comissões

### 2 – ORDENS DO DIA

2.1 – Plenário

2.2 – Comissões

### 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 – Comissão



## ATAS

### ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 14/9/2016

Às 10h45min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Inácio Franco e Antônio Jorge (substituindo o deputado Cássio Soares, por indicação da liderança do BCMG), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Inácio Franco, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de *e-mails* encaminhados por meio do Fale com a Assembleia dos Srs. José Lacerda Coutinho, cidadão, questionando quando será realizado o pagamento dos serviços prestados via programa Bolsa Verde; e Vilson Kaio Pinheiro, cidadão, em que denuncia suposta irregularidade nas obras de perfuração de poços feitas pela empresa contratada pela Prefeitura de Caeté. Comunica também o recebimento de correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios dos Srs. Caio Barros Cordeiro, subsecretário da Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Estado da Casa Civil e Relações Institucionais (3) (12/8/2016); Frederico Lourenço Ferreira Delfino, diretor de operação metropolitana da Copasa-MG (25/8/2016); e Anderson Ferreira, superintendente de coordenação e representação parlamentar da Cemig (2/9/2016). O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projeto de Lei nº 1.488/2015, no 1º turno (deputado Dilzon Melo) e Projeto de Lei nº 1.658/2015, no 1º turno (deputado Inácio Franco). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.999/2015, na forma do Substitutivo nº 1 ao vencido em 1º turno (relator: deputado Inácio Franco). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 4.580, 4.585 e 4.586/2016. Submetido a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 3.466/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.954/2016, do deputado Cássio Soares, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater o plano diretor da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas e a situação hídrica do Estado;

nº 6.955/2016, da deputada Marília Campos, dos deputados Inácio Franco e Antônio Jorge, em que requerem seja realizada audiência pública para discutir a situação das capivaras na Lagoa da Pampulha;

nº 6.956/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada visita às estações elevatórias de esgotamento sanitário executadas pela Copasa-MG no Município de Contagem;

nº 6.957/2016, do deputado Fred Costa, em que requer seja realizada audiência pública conjunta com a Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização para debater a extinção do Ribeirão Engenho Velho, afluente do Rio Paracatu, localizado no Município de Paracatu;

nº 6.958/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a extração de granito no Santuário Ecológico da Pedra Branca, localizado em Pocinhos do Rio Verde, no Município de Caldas.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 2016.

Cássio Soares, presidente – Dilzon Melo – Marília Campos.

#### **ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 4/10/2016**

Às 16h5min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Marília Campos e os deputados Doutor Jean Freire e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Marília Campos, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Fabrício Lima, presidente da Associação Casa do Estudante, requerendo a realização de audiência pública para debater a situação da associação, que se encontra ameaçada por demanda judicial da Universidade Federal de Minas Gerais, conforme documentação entregue a esta comissão. Comunica também o recebimento de ofício do Sr. Caio Barros Cordeiro, subsecretário de Assessoria Técnico-Legislativa da Secretaria de Casa Civil e Relações Institucionais, em resposta aos requerimentos nºs 3.184 e 3.235/2015, publicado no *Diário do Legislativo* em 7/9/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.986/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao presidente da Casa pedido de providências para evitar esforços para implementação de ações e atividades voltadas para o enfrentamento das várias formas de violência contra a mulher no âmbito do Poder Legislativo, incluindo medidas destinadas à conscientização acerca do tema e à capacitação de seus servidores;

nº 6.988/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado à Chefia-Geral de Polícia Civil pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da reunião realizada em 12/7/2016, para apurar as denúncias de intimidação sofrida por moradores da comunidade Cabeceira do Piabanha, situada no interior do Parque Estadual Alto Cariri;

nº 6.989/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o enfrentamento da violência contra a mulher no Estado, com a participação das delegadas responsáveis pelas delegacias especializadas de atendimento à mulher;



nº 6.990/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater as políticas públicas referentes à proteção da mulher no Vale do Jequitinhonha;

nº 6.992/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o tema "O Brasil que queremos";

nº 6.993/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o assassinato da Sra. Lilian Hermógenes da Silva, ocorrido no dia 23/8/2016, e a eficácia das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha;

nº 6.994/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater as múltiplas violências vividas pelas mulheres negras, agravadas pelo sexismo no Poder Judiciário;

nº 6.995/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/9/2016, para realizar reunião com os representantes das ocupações existentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, com a participação da comissão, para debater a situação das famílias e a forma de garantir seu direito à moradia, bem como para que o governo se manifeste contrário à reintegração de posse da ocupação Isidoro;

nº 6.996/2016, do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja realizada audiência pública para debater a iminente desocupação dos moradores da Vila Arthur de Sá;

nº 6.997/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater a precarização das empresas públicas no Estado;

nº 6.998/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências, acompanhado das notas taquigráficas da 12ª Reunião Extraordinária, realizada em 27/9/2016, para que sejam exauridas as tentativas de autocomposição e resolução pacífica do conflito em torno das ocupações, conforme preconizado pelos dispositivos do direito internacional no Pidesc, do qual o Brasil é signatário, a fim de se resguardar a integridade física e o direito de moradia das famílias, uma vez que, conforme já apontado pelo Tribunal Internacional de Despejos e pela Comissão Especial de Moradia Adequada da ONU, trata-se do maior conflito fundiário da América Latina;

nº 6.999/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada audiência pública para debater o papel do serviço público e as empresas estatais do Brasil;

nº 7.000/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG – pedido de providências para realizar reunião de conciliação em que participem as lideranças das ocupações da Região Metropolitana de Belo Horizonte, os movimentos que atuam em defesa das moradias e o governo do Estado, de forma que sejam exauridas as tentativas de autocomposição e resolução pacífica do conflito em torno dessas ocupações e que seja garantido o direito à moradia das famílias;

nº 7.001/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 690/2015, que dispõe sobre o estabelecimento de cotas raciais para o ingresso de negros e negras no serviço público estadual em cargos efetivos da administração pública direta e indireta, conforme solicitação do Diretório Acadêmico do Curso de Administração da Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho;

nº 7.002/2016, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que requerem seja encaminhado à Mesa de Diálogo e Negociação Permanente com Ocupações Urbanas e Rurais e outros grupos envolvidos em conflitos socioambientais e fundiários pedido de providências para promover a intermediação, em conjunto com os secretários de Estado de Desenvolvimento Agrário e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do conflito entre a comunidade Cabeceira do Piabanha, situada no interior do Parque Estadual Alto Cariri, e o Sr. Olinto Herculano Pimenta, representante dos proprietários de fazenda onde residem famílias;



nº 7.003/2016, da deputada Marília Campos e do deputado Doutor Jean Freire, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Moara Correa Saboia por ser a primeira mulher negra a presidir a União Nacional dos Estudantes – UNE –, bem como seja realizada reunião para proceder à entrega do diploma relativo a esse voto;

nº 7.004/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao Comando-Geral da Polícia Militar, à Chefia-Geral de Polícia Civil e ao presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais pedido de providências para implantar atividades junto aos servidores do Estado destinadas à formação sobre o enfrentamento à violência contra a mulher e à capacitação para os atendimentos a serem realizados conforme a competência de cada órgão;

nº 7.005/2016, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 1.480/2015, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri;

nº 7.006/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública no Município de Contagem para debater a violência sexual contra a mulher;

nº 7.007/2016, dos deputados Doutor Jean Freire e Rogério Correia, em que requerem seja realizada visita ao Sr. João Paulo Sarmento, diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas, para tratar do Projeto de Lei nº 1.480/2015, que dispõe sobre a alteração dos limites da área do Parque Estadual Alto Cariri;

nº 7.008/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer sejam encaminhados ao Comando-Geral da Polícia Militar pedido de providências para garantir a proteção das famílias da comunidade Cabeceira do Piabanha, situada no interior do Parque Estadual Alto Cariri, tendo em vista as denúncias recebidas durante a reunião realizada no dia 12/7/2016, e as notas taquigráficas dessa reunião;

nº 7.009/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para elaborar, com urgência, plano de manejo do Parque Estadual Alto Cariri, tendo em vista a situação dos moradores da comunidade Cabeceira do Piabanha, bem como para constituir o conselho consultivo da unidade;

nº 7.010/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja encaminhado ao Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de providências para retirar do Parque Estadual Alto Cariri o gado pertencente a fazendeiros da região;

nº 7.011/2016, do deputado Rogério Correia, em que requer seja realizada visita à comunidade Cabeceira do Piabanha, situada no Parque Estadual Alto Cariri, para avaliar as condições de vida da comunidade e o estado de conservação do parque;

nº 7.012/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências acerca de quem partiu a ordem de uso da força para conter a manifestação das famílias da ocupação Temer Jamais, na região do Barreiro em Belo Horizonte, ocorrida entre a Vila Santa Rita e a Vila Pinho, por ocasião do iminente cumprimento de ordem de despejo, no dia 18/9/2016;

nº 7.013/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações acerca do custo total envolvido nas operações militares de repressão às manifestações dos movimentos populares, bem como no cumprimento das ordens de reintegração de posse emitidas pelo Poder Judiciário, no que diz respeito aos gastos com combustível de automóveis e aeronaves, munições não letais e demais custos envolvidos;

nº 7.014/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja realizada audiência pública com a finalidade de discutir os gastos do governo do Estado nas operações militares de repressão às manifestações dos movimentos de ocupação, bem como para cumprir ordens de despejo, em relação aos gastos com outras áreas, como saúde, educação e assistência social;

nº 7.015/2016, da deputada Marília Campos, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações com o nome dos policiais militares envolvidos na repressão violenta à manifestação de famílias de ocupações de Belo Horizonte, ocorrida no dia 19/6/2015, na Rodovia MG-10, quando as famílias caminhavam em direção à Cidade Administrativa.



Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de outubro de 2016.

Marília Campos, presidente – Emidinho Madeira – André Quintão.

**ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/10/2016**

Às 10h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Elismar Prado, Douglas Melo e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Elismar Prado, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Noraldino Júnior. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.906/2015 com a Emenda nº 1 (relator: deputado Douglas Melo). Registra-se a presença do deputado Roberto Andrade. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 4.680/2016. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 7.029/2016, dos deputados Sargento Rodrigues, Elismar Prado e Noraldino Júnior, em que requerem seja realizada audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 3.810/2016, que altera a alíquota de ICMS da gasolina, do álcool combustível e do solvente;

nº 7.030/2016, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja realizada audiência pública para debater, com a participação do poder público, de entidades e de associações ligadas à defesa do consumidor, a proposta contida no Projeto de Lei nº 3.810/2016 de se revogar o dispositivo da Lei nº 14.937, de 2003, que prevê redução de 30% na base de cálculo do IPVA para veículos movidos exclusivamente a álcool;

nº 7.031/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações acerca do não cumprimento do decreto que torna obrigatória a utilização do álcool combustível no Estado;

nº 7.032/2016, do deputado Noraldino Júnior, em que requer seja realizada audiência pública para debater a compatibilidade ou não do comércio de animais no Mercado Central de Belo Horizonte com o Código de Defesa do Consumidor.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de outubro de 2016.

Elismar Prado, presidente – Noraldino Júnior – Sargento Rodrigues.



**ORDENS DO DIA**

**ORDEM DO DIA DA 60ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,  
EM 25/10/2016**

**1ª Parte**

**1ª Fase (Expediente)**

**(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

**2ª Fase (Grande Expediente)**

**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

**1ª Fase**

**(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

**2ª Fase**

**(das 16h15min em diante)**

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.125, que estabelece a estrutura orgânica da administração pública do Poder Executivo do Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.126, que dispõe sobre a quitação de débito referente à obrigação de reposição florestal relativa a ano de consumo anterior a 2013, prevista na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.129, que dispõe sobre o registro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no comércio, na intermediação, na fundição e na purificação de joias usadas, ouro e metais nobres. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.130, que acrescenta o art. 6º-A à Lei nº 14.130, de 19 de dezembro de 2001, que dispõe sobre a prevenção contra incêndio e pânico no Estado e dá outras providências. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.177, que dá nova redação ao inciso XII do art.13 e acrescenta o § 3º ao art. 94 da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.179, que dispõe sobre plano de evacuação em caso de acidente em obra pública dos Poderes do Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.



Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.188, que dispõe sobre a concessão de desconto no pagamento de crédito tributário inscrito em dívida ativa para apoio a hospitais filantrópicos, a hospitais de ensino e a entidades beneficentes sem fins lucrativos de assistência à saúde. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.189, que dispõe sobre o registro de dados de armas de fogo e munições apreendidas no Estado. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.

### **3ª Fase**

Pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 25/10/2016**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nos 4.670 e 4.726 a 4.729/2016, do deputado Cabo Júlio; 5.590 e 5.591/2016, do deputado Sargento Rodrigues; 5.600/2016, do deputado Noraldino Júnior; e 5.622/2016, do deputado Sargento Rodrigues

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

### **3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater a violação de direitos e garantias fundamentais de militares lotados no Hospital da Polícia Militar, supostamente praticada pelo Ten.-Cel. PM Márcio Flávio Moura Linhares, diretor-geral, com a conivência do comandante-geral da Polícia Militar.

Recebimento e votação de requerimentos.

## **ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 25/10/2016**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 25/10/2016**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



**ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/10/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 25/10/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater as múltiplas violências vividas pelas mulheres negras, agravadas pelo racismo e sexismo no Poder Judiciário.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/10/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.659/2016, do deputado Felipe Attiê.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**3ª Parte**

Audiência pública destinada a debater a situação dos alunos inscritos no Programa Poupança Jovem.

Recebimento e votação de requerimentos.

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 25/10/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:





No 1º turno: Projetos de Lei nos 3.447/2016, da deputada Ione Pinheiro; 3.491/2016, do deputado Tiago Ulisses; e 3.521/2016, do deputado João Magalhães.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nos 5.404/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 5.436/2016, da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; 5.440/2016, do deputado Felipe Attiê; 5.441/2016, do deputado Anselmo José Domingos; 5.457/2016, do deputado Bosco; 5.504, 5.506 e 5.507/2016, da Comissão de Desenvolvimento Econômico; 5.540/2016, do deputado Felipe Attiê; e 5.563/2016, do deputado Emidinho Madeira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 25/10/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.116/2015, do deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 25/10/2016**

**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

**2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 5.570/2016, do deputado Léo Portela.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**Reunião Conjunta das Comissões Extraordinária de Proteção dos Animais e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ione Pinheiro e os deputados Fred Costa e Leandro Genaro, membros da Comissão Extraordinária de Proteção dos Animais, e a deputada Marília Campos e os deputados Cássio Soares, Inácio Franco, Dilzon Melo e Iran Barbosa, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para a reunião a ser realizada em 26/10/2016, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão; de, em audiência pública, debater o manejo populacional ético de capivaras nos centros urbanos como forma de prevenção à febre maculosa; e de receber e votar requerimentos.



Sala das Comissões, 24 de outubro de 2016.

Noraldino Júnior, presidente.